

continuação



Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

CNPJ nº 44.649.812/0001-38

ANS nº 359017



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Ambiente de tecnologia

O processamento das transações da Operadora é dependente da sua estrutura de tecnologia para o desenvolvimento de suas operações e para a continuidade de seus processos de negócios.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras e, por esse motivo, consideramos essa área significativa para nossa auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

No contexto de nossa auditoria, com o auxílio dos nossos especialistas, aplicamos procedimentos de avaliação do ambiente de tecnologia da informação da Operadora, incluindo a avaliação da implementação e eficácia operacional dos controles automatizados dos sistemas aplicativos, tendo sido identificadas deficiências relacionadas ao processo de gestão de acessos e mudanças das aplicações de TI relacionadas.

As deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos aos controles gerais de tecnologia alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2018



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Emerson Pompeu Bassetti
Contador - CRC-1SP251558/O-0

Fundação Educacional de Votuporanga

CNPJ (MF) 45.164.654/0001-99

Demonstrações Financeiras - Valores expressos em Reais - R\$

Balanco Patrimonial - 2017-2016		
	2017	2016
Ativo		
Circulante	48.768.680,30	36.960.349,43
Realizável a Curto Prazo	48.768.680,30	36.960.349,43
Disponível	28.444.710,18	16.379.886,15
Direitos	19.000.385,53	19.209.787,91
Estoques	103.340,67	152.529,45
Despesas Antecipadas	1.220.243,92	1.218.145,92
Não Circulante	6.548.751,48	5.317.722,74
Realizável a Longo Prazo	6.548.751,48	5.317.722,74
Direitos	5.641.943,48	3.201.842,74
Despesas Antecipadas	906.808,00	2.115.880,00
Investimentos	0,04	0,04
Participações Societárias	0,04	0,04
Imobilizado	85.774.276,42	83.798.776,23
Imobilizações	94.749.503,67	91.152.302,10
Depreciação e Amortização	(8.975.227,25)	(7.353.525,87)
Ativo Compensado	825.143,04	649.477,77
Contas de Compensação	825.143,04	649.477,77
Total	141.916.851,28	126.726.326,21
Passivo		
Circulante	7.734.800,53	7.454.296,67
Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.856.309,82	2.663.805,35
Obrigações Fiscais	738.947,90	643.100,29
Outras Obrigações	1.356.772,17	1.527.806,11
Provisões e Reservas Econômicas	2.782.770,64	2.619.584,92
Não Circulante	11.300.705,29	9.167.756,12
Diferido	11.300.705,29	9.167.756,12
Receitas de Exercícios Futuros	11.074.627,93	9.065.506,12
Provisões para Contingências	226.077,36	102.250,00
Passivo Compensado	825.143,04	649.477,77
Contas de Compensação	825.143,04	649.477,77
Patrimônio Social	122.056.202,42	109.454.795,65
Superávit Acumulado	71.946.941,53	59.362.471,09
Ajustes Avaliação Patrimonial	49.602.325,06	49.602.325,06
Doações Ativas (sem restrições)	505.935,83	489.999,50
TOTAL	141.916.851,28	126.726.326,21

Notas Explicativas

Das Finalidades Operacionais: São finalidades culturais da Fundação Educacional de Votuporanga, praticadas de forma indiscriminada, sem interesse monetário ou lucrativo e exercidas de forma desinteressada à coletividade: **a)** manter unidades de ensino Fundamental, Médio e Superior; **b)** criar e manter outros cursos e estabelecimentos de ensino de qualquer grau, bem como unidades destinadas ao exercício de atividades técnico-científicas, desde que disponha de recursos para tal; **c)** promover pesquisa, planejamento, consultoria e supervisão, estimulando o trabalho criador nos campos das Ciências, Letras e Artes; **d)** estender à comunidade seus recursos de ensino e pesquisa, visando aos fins explicitados nas alíneas anteriores; **e)** contribuir para a formação de consciência cívica baseada em princípios de respeito à dignidade da pessoa humana; **f)** manter e desenvolver a atividade de radiodifusão sonora e educativa em AM-FM e a radiodifusão em som e imagem, em programas que abrangem todos os níveis de ensino e que promovam o desenvolvimento técnico-científico-cultural, explorando as modalidades de som e imagem que lhe forem concedidas pelos órgãos competentes; **g)** atuar no campo da editoração e de livreria com fins educativos, culturais e técnico-científicos; **h)** dedicar-se ao ensino por meio de suas unidades escolares para a formação de profissionais e pós-graduados; **i)** universalizar o campo do ensino; **j)** estudar peculiaridades e necessidades regionais, visando à implantação de novos cursos e programas de pesquisa; **k)** servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano; **l)** manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais e internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das artes e das letras; **m)** celebrar termos, convênios, parcerias e outros acordos com o poder público, entidades filantrópicas, privadas e organismos internacionais, visando a atender a finalidade cultural. **Do Cumprimento Estatutário:** Os resultados obtidos comprovam que, em 2017, a UNIFEV realizou sua missão: educar com excelência para o desenvolvimento pessoal e social, promovendo a propagação dos saberes cultivados em seu meio e a realização de projetos comunitários voltados para o desenvolvimento local e regional e para a redução das desigualdades. Desse modo, manteve-se fiel a sua meta de auxiliar no fortalecimento das políticas de Responsabilidade Social, buscando a sustentabilidade financeira e a ampliação de sua infraestrutura e a qualificação de seus recursos humanos. No ano de 2017, destacaram-se as seguintes conquistas: **a)** um dos melhores Centros Universitários brasileiros avaliados pelo Ministério da Educação (MEC), segundo o Índice Geral de Cursos - IGC que pelo quarto ano consecutivo mantém-se com nota 4; **b)** destaque da edição do Guia do Estudante Profissões Vestibular 2018 da Editora Abril, sendo que dezesseis cursos do Centro Universitário de Votuporanga estão entre os estrelados pelo Guia; os cursos que receberam estrelas nesta edição foram: Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Educação Física (Bacharelado), Educação Física (Licenciatura), Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Geografia, Jornalismo, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social e Sistemas de Informação; **c)** oferta de vários cursos sequenciais; **d)** fortalecimento de ações inclusivas. **Do Reconhecimento das Receitas e Despesas:** As receitas e as despesas foram reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência. As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento foram reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. A principal fonte de receita foi com mensalidades dos alunos. **Do Registro Contábil:** Os registros contábeis foram segregados de forma a permitir a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, apuradores, reguladores e usuários em geral. Os registros contábeis também evidenciam as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, *superávit* ou *déficit*. As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas foram registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade. **Dos Recursos de Aplicação Restritos:** Houve movimentação e ingresso de recursos de aplicação restritos no período, sendo os seguintes projetos: **a)** do Governo Federal: PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica; **b)** de iniciativa privada: Projeto Desenvolvimento Infantil - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. **Das Provisões para Perdas:** A entidade constituiu provisão para cobrir perdas esperadas sobre créditos a receber, pois, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização. Os critérios utilizados foram: **a)** para as contas **Mensalidades, Títulos a Receber e Material Didático** foram provisionados todos os valores vencidos a mais de 1460 dias, ou seja, 4 anos. Justificamos que a maioria dos documentos emitidos entre os últimos 4 anos são de alunos ativos; portanto, a dívida com os títulos é, obrigatoriamente, renegociada/quitada para que o aluno consiga fazer sua matrícula. No mais, enquanto o aluno estiver na situação ativa, ou seja, estudando, as medidas de cobrança são mais amenas (não envolve o departamento jurídico); **b)** para a conta **Mútuo Educacional**, foram provisionados 20% de todos os valores vencidos e a vencer, sendo que a segregação de curto e longo prazo foi feita com base nos créditos à vencer acima de 365 dias. Adicionalmente, informamos que 2017 foi intensificado a oferta do Mútuo Educacional, devido à escassez do FIES; **c)** para a conta **Cheques sem Provisão de Fundos** foram provisionados todos os valores vencidos a mais de 1460 dias, ou seja, 4 anos. Justificamos que a maioria dos documentos emitidos entre os últimos 4 anos são de alunos ativos; portanto, a dívida com os títulos é, obrigatoriamente, renegociada/quitada para que o aluno consiga fazer sua matrícula. **Dos Recursos de Terceiros: Terceiros:** Não houve tomada de recursos de terceiros no período. **Do Superávit:** O valor do *superávit* foi incorporado ao Patrimônio Social, sendo apurado no período o valor de R\$ 11.993.722,51. O valor apurado já está abatido da Depreciação Acumulada de 2017 - R\$ 1.694.576,28. **Valor Recuperável de Ativos e Custo Atribuído:** Os ativos não monetários foram tratados conforme a Seção 27 da NBC TG 1000 e a NBC TG 01, quando aplicável. Na adoção das normas, a entidade adotou os procedimentos de custo atribuído (*deemed cost*) de que trata a ITG 10 e ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409 de 21/09/2012. (Laudo Técnico da empresa: Global Avaliações e Soluções Empresariais Ltda), resultando em uma evolução de R\$ 44.611.817,43 em 2012. **Das Demonstrações Contábeis:** As Demonstrações Contábeis e Financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei 6.404/76 e 11.638/07, bem como a Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros. **O Balanco Patrimonial:** As práticas contábeis fundamentam-se e atendem plenamente à legislação específica (Lei nº 6.404/76 e suas alterações) e, ainda, aos critérios e procedimentos de avaliação de registros e de escrituração das demonstrações contábeis tratadas pelo Conselho Federal de

Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade (ITG 2002). No Ativo, as contas são dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados por grupos. No Passivo, as contas são classificadas por ordem decrescente de exigibilidade. **Ativo: I - Ativo Circulante: a) Disponível:** valores de liquidação imediata que estavam à disposição da empresa em 31/12/2017 para fazer face aos seus compromissos (Caixa, Bancos c/Movimento, Aplicações em Caderneta de Poupança e Mercado Aberto); **b) Direitos:** destacam-se Valores a Receber: referente a mensalidades/material didático em atraso por parte dos alunos; Títulos a Receber; Mensalidades Antecipadas; Provisão para Perdas; Créditos Internos: referente a operações de cartões de crédito; pagamento antecipado aos funcionários de férias; Valores a Recuperar: referente a valores a serem compensados ou recuperados posteriormente; Outros Créditos: referente a diversos valores adiantados a fornecedores de mercadorias e serviços, bem como ainda: Depósitos Judiciais; Cheques sobre Provisão de Fundos; Crédito Educativo (Convênio MEC) financiamento concedido aos alunos da UNIFEV; Estoques/Almoxarifado: materiais diversos que estavam alocados no Almoxarifado, para fazer face às necessidades imediatas da empresa e material didático - Sistema UNIFEV Ensino; **c) Valores Diferidos:** refere-se a despesas a serem amortizadas no próximo exercício, destacando o convênio com a Santa Casa, para atender as necessidades dos cursos da área da saúde, principalmente do curso de Medicina; **II - Ativo Não Circulante: a) Realizável a Longo Prazo:** destacam-se Mútuo Educacional: referente ao saldo a receber dos alunos participantes do programa "Mútuo Educacional" em conformidade com os instrumentos contratuais firmados; Títulos a Receber; **b) Despesas de Exercícios Seguintes:** despesas a serem amortizadas em um período mais dilatado, destacando o convênio com a Santa Casa, para atender as necessidades do Curso de Medicina; **c) Investimentos:** ações ordinárias e preferenciais das empresas Telecomunicações Brasileiras S/A, Telecomunicações de São Paulo S/A, Vivo Participações S/A, Tim Participações S/A e Tele Norte Celular Participações S/A; **d) Imobilizado:** composto pelos saldos pós-reavaliação, esses bens corpóreos são destinados à manutenção das atividades educacionais da instituição, tais como: Imóveis, Móveis e Utensílios, Máquinas e Acessórios, Ferramentas, Veículos, Biblioteca, Aparelhos e Equipamentos de Laboratórios e ainda, Intangíveis (Direitos de Uso de Softwares). **2. Passivo: I - Passivo Circulante:** compreendem as obrigações da FEV, cujo vencimento ocorrerá no exercício seguinte, destacando-se as Obrigações Sociais e Trabalhistas; Obrigações Fiscais; Outras Obrigações, tais como fornecedores de mercadorias necessário às atividades afins; Provisões para Férias; **II - Passivo Não Circulante: a) Diferido:** compreendem as Mensalidades Antecipadas e Taxa de vestibular, referente a valores que irão compor a Receita do próximo exercício; **b) Provisão e Reservas Econômicas:** Provisões para Contingências, que se refere à previsão da Assessoria Jurídica, relativo a ações judiciais, trabalhistas e cíveis; **III - Patrimônio Social:** O Patrimônio Social sofreu, neste exercício, um acréscimo da ordem de R\$-12.601.406,77; o *superávit* apurado no período foi de R\$11.993.722,51, ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$591.747,93 e as doações de ativos sem restrições no valor de R\$15.936,33. **Da Auditoria Independente:** As demonstrações contábeis do exercício de 2017 foram submetidas à auditoria independente: **Elizeu de Azevedo - CRC 1SP076962/0-9 - CVM 5495**, a qual emitiu opinião favorável em todos os aspectos relevantes da posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, validando-as, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Do Conselho Fiscal:** A prestação de Contas e as demonstrações contábeis do exercício de 2017 foram submetidas ao Conselho Fiscal da Fundação Educacional de Votuporanga, o qual emitiu opinião favorável em todos os aspectos relevantes da posição patrimonial e financeira, bem como ao cumprimento estatutário. **Do Conselho de Curadores:** A prestação de contas e as demonstrações contábeis do exercício de 2017 foram submetidas ao Conselho de Curadores da Fundação Educacional de Votuporanga, o qual aprovou, por unanimidade, todos os aspectos relevantes da posição patrimonial e financeira, bem como ao cumprimento estatutário. **Do Promotor de Justiça e Curador de Fundações:** A prestação de contas e as demonstrações contábeis do exercício de 2017 foi protocolada à Curadoria de Fundações da Comarca de Votuporanga-SP, em 21/03/2018. **Do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP:** A prestação de contas e as demonstrações contábeis do exercício de 2017 foram protocoladas junto ao TCESP - UR-11, conforme trata a Resolução nº 02/2016 do TCESP, em 21/03/2018, sob Processo nº 2545/989/17-0 - Balanco Geral - Contas do Exercício de 2017.

Celso Luiz Alves dos Santos - Diretor Presidente

Paulo Roberto Albertoni - Diretor Tesoureiro

Rosemary Vilhegas Vilar - Contadora - CRC/SP - 1SP 194.219

